



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

MARIA DOS REIS RODRIGUES DOS SANTOS SANTANA

**EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ESCOLAS DE
EDUCAÇÃO INFANTIL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE-BA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

MARIA DOS REIS RODRIGUES DOS SANTOS SANTANA

**EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ESCOLAS DE
EDUCAÇÃO INFANTIL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE-BA**

Monografia apresentada ao curso em Licenciatura Plena em Pedagogia, sediado no Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Rita de Cássia S. Barbosa.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S223e

Santana, Maria dos Reis Rodrigues dos Santos.

Educação alimentar e nutricional em escolas de Educação Infantil de São Francisco do Conde-BA / Maria dos Reis Rodrigues dos Santos Santana. - 2024.
48 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2024.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Rita de Cássia Santos Barbosa.

1. Crianças - Nutrição - São Francisco do Conde (BA). 2. Educação alimentar e nutricional. 3. Merenda escolar - São Francisco do Conde (BA). I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 371.716098142

MARIA DOS REIS RODRIGUES DOS SANTOS SANTANA

**EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ESCOLAS DE
EDUCAÇÃO INFANTIL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE-BA**

Monografia apresentada ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovado: 11/11/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Rita de Cássia Santos Barbosa (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Cristina Teodoro

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Eliane Costa Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Deus soberano por ter me dado esta oportunidade de ter uma segunda graduação, agradeço a família Santana em especial a meu marido Valmir Oliveira por ter me motivado e por ter paciência comigo em todos os momentos de estresse.

Agradeço à família Oliveira, à família Rodrigues e à família em Cristo pelas orações e pelo apoio a mim concedido nos momentos difíceis.

Agradeço aos amigos(as) que torcem por minhas conquistas, sou grata em especial Ana Cláudia Oliveira da Silva, Isabela Sacramento, Mariana Neves, Iasmin oliveira e Milena Santos por ter contribuído diretamente no meu aprendizado, aprendi muito com vocês, o apoio de vocês me fez ter uma nova perspectiva de um olhar para um novo horizonte.

Não poderia esquecer dos meus colegas de sala de aula que proporcionaram a caminhada de estudo mais prazerosa, aos professores que sempre se esforçaram para garantir o melhor aprendizado e por ter me dado força para não desistir, muitos de vocês foram fundamentais na minha vida. E por fim, agradeço incondicionalmente a minha família pela dedicação, compreensão, pela motivação e por ter acreditado em mim e na minha capacidade. Sou feliz pela sua existência.

Gratidão a todos, sem vocês não seria possível a realização dessa conquista, meu coração está muito cheio de gratidão.

**“O Próprio Senhor irá à sua frente e estará com você; ele nunca o
deixará, nunca o abandonará. Não tenha medo! Não se desanime!”
Deuteronômio 31:8**

RESUMO

A educação alimentar e nutricional (EAN) é uma abordagem educativa que promove a saúde e o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis, sendo a escola um espaço adequado para complementar suas ações, possibilitando aos alunos serem cidadãos críticos capazes de escolher a melhor forma de se alimentar. Nessa perspectiva, a pesquisa desenvolvida teve como objetivo principal compreender como o município de São Francisco do Conde tem atuado com a educação alimentar e nutricional em suas escolas de educação infantil. A pesquisa envolveu duas instituições de Educação Infantil: uma pré-escola na zona urbana e uma creche na zona rural. Assim, foi realizado um estudo qualitativo e exploratório com quatro professoras (uma da creche e três da pré-escola), além de duas nutricionistas do município. Os dados foram coletados através de observações no espaço escolar e entrevistas semiestruturadas com as participantes. A pesquisa foi conduzida em três etapas: observação da estrutura e qualidade da merenda escolar, elaboração do roteiro de entrevistas e, finalmente, aplicação das entrevistas de forma presencial, cujas respostas foram registradas em áudio. Os dados coletados foram analisados e comparados com referenciais teóricos sobre o tema, visando fundamentar propostas de formação em educação alimentar e nutricional que tenham impacto nas escolas. Os resultados obtidos revelam que as professoras precisam de um contato direto com as nutricionistas, através de formação sobre a temática para que as mesmas possam desenvolver seu trabalho pedagógico em sala; observou-se também que a EAN não é trabalhada de forma sistemática nas salas de aula. A alimentação escolar do município de São Francisco do Conde foi classificada pelas professoras como ótima, precisa ser vivenciada na teoria e na prática, com a colaboração de todos os envolvidos no setor educacional. A educação alimentar e nutricional é fundamental para o desenvolvimento intelectual e para a construção de uma sociedade saudável e bem informada.

Palavras-chaves: crianças - nutrição - São Francisco do Conde (BA); educação alimentar e nutricional; merenda escolar - São Francisco do Conde (BA).

ABSTRACT

Food and nutrition education serves as an approach to encourage health and develop eating habits. School is a fundamental and appropriate space to develop food and nutrition education actions. It will enable students to be critical citizens and capable of choosing the best way to eat. The study aimed to understand how the city of São Francisco do Conde has been working with food and nutrition education. The research involved two Early Childhood Education institutions: a preschool in an urban area and a daycare center in a rural area. Thus, a qualitative and exploratory study was carried out with four teachers (one from the daycare center and three from the preschool) and two nutritionists. The data were collected through observations in the school space and semi-structured interviews with the participants. The research was conducted in three stages: observation of the structure and quality of school meals, preparation of the interview script and, finally, application of face-to-face interviews, whose answers were recorded in audio. The data collected were then analyzed and compared with theoretical references on the subject, aiming to support proposals for training in food and nutrition education to have an impact on schools. Food education needs to be experienced in theory and practice, with the collaboration of all those involved in the education sector. Proper nutrition for children is essential for intellectual development and for building a healthy and well-informed society.

Keywords: children - nutrition - São Francisco do Conde (BA); food and nutritional education; school meals - São Francisco do Conde (BA).

LISTAS DE ABREVIATURA E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

EAN - Educação Alimentar Nutricional

PNAE - Programa Nacional de Educação Escolar

CAE - Conselho de Alimentação Escolar

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

MEC - Ministério da Educação e Cultura

RCF - Referencial Curricular Franciscano

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CONTEXTO DA REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA	13
3	A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A ESCOLA ENQUANTO PROTAGONISTAS NA MUDANÇA DE HÁBITO NA INFÂNCIA	16
4	METODOLOGIA	20
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
5.1	CONCEPÇÕES DAS PROFESSORAS SOBRE A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL	24
5.2	COMO E QUANDO OS PROFESSORES TRABALHAM A TEMÁTICA DA EAN NAS SALAS DE AULAS	27
5.3	A ATUAÇÃO DAS NUTRICIONISTAS NAS ESCOLAS	29
5.4	O PPP DAS ESCOLAS E A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL	35
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
	REFERÊNCIAS	39
	APÊNDICES	44

1 INTRODUÇÃO

A educação alimentar e nutricional (EAN), é um campo de conhecimento e prática contínua e permanente que visa promover e desenvolver de forma autônoma e voluntária os hábitos alimentares saudáveis. O desenvolvimento da educação alimentar e nutricional pode trazer muitos benefícios para a saúde, como o controle de doenças crônicas, além de evitar o desenvolvimento de doenças não transmissíveis, a obesidade, a pressão alta e até mesmo deficiência nutricional (Brasil, 2022).

A escola, enquanto instituição, também pode ser um espaço promotor de saúde dos seus alunos, visto que é dentro da escola que muitos alunos adquirem conhecimentos que serão carregados por toda vida. A EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto à comunidade escolar, considerando todas as fases da vida (Brasil, 2022).

A presença de mulheres é muito forte nestes ambientes escolares. São elas que têm ocupado espaço na direção das escolas, nas salas de aula, na cozinha e nas atividades de limpeza. A professora, por sua vez, tem tido um papel significativo na vida dos alunos, porque eles passam boa parte do seu tempo em sua companhia (Magalhães; Porte, 2018). Considerando que todas essas profissionais, independentemente de suas funções, atuam enquanto educadoras dentro do espaço escolar, a atuação das mesmas é fundamental na promoção da EAN, visto que quando são desenvolvidos hábitos alimentares saudáveis desde cedo em uma criança, ela os leva consigo até a fase adulta (Vigotsky, 2008).

No Brasil, temos as políticas públicas voltadas para a alimentação escolar que estão incluídas no programa Nacional da Alimentação Escolar, criado no ano de 1940, pelo Instituto Nacional de Nutrição, que defendeu a proposta de ofertar alimentação nas escolas. Na década de 50, foi elaborado o Plano de Alimentação e Nutrição que institui a campanha de merenda escolar. O plano passou por várias reformulações. Em 1979, recebeu apoio do Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e passou a ser denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Nesse contexto, é importante que as escolas do município de São Francisco do Conde, como toda e qualquer escola, tenham ações de educação alimentar e nutricional. Assim, o presente trabalho se propõe a pesquisar sobre a relevância da educação alimentar e nutricional nas escolas da educação infantil do município, refletindo sobre como a EAN pode trazer contribuições para a saúde física e mental das crianças, a partir do seguinte problema de

fazer as principais refeições no dia e a falta de uma alimentação balanceada e nutritiva poderá atrapalhar o bom desenvolvimento físico e mental.

Nesse contexto, a escola é um espaço privilegiado para contribuir nas ações para a preservação da saúde na construção de valores, tanto nos novos hábitos como no estilo de vida. [...] (Accioly, 2009). A escola tem ocupado um espaço na sociedade de grande relevância, a sua atuação vai muito além do que transmitir o conhecimento, ela poderá zelar pela saúde física e mental das crianças. É na infância que as crianças estão mais aptas a mudanças de hábitos, pois a mesma está em desenvolvimento. E nos primeiros anos de vida da criança, que é a fase ideal para transmitir conhecimentos, havendo assim grandes possibilidades de criar hábitos alimentares saudáveis que irão contribuir para a vida (Brasil, 2012, p. 08).

Este trabalho está organizado da seguinte forma: nas sessões iniciais do trabalho foi feita uma revisão de literatura onde se discute sobre a educação alimentar e nutricional no contexto da realidade social e educacional brasileira, citando políticas públicas e documentos que abordam os direitos que as crianças têm a uma alimentação saudável; e em seguida sobre a escola como protagonista na mudança de hábito na infância, trazendo a escola com um espaço importante na mudança de hábito das crianças. Apresenta-se, posteriormente, a metodologia adotada, narrando o passo a passo da pesquisa desenvolvida e logo depois os resultados, que trazem questões que envolvem tanto as professoras dos específicos contextos escolares, bem como com as nutricionistas do município, refletindo sobre o seu papel na escola e o quanto isso é relevante para o bom desempenho dos alunos. Por fim, apresentam-se as considerações finais que apontam algumas reflexões e encaminhamentos.

2 A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CONTEXTO DA REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA

A falta de oportunidades de uma alimentação apropriada ou a insegurança alimentar, principalmente em função da renda, tem sido um problema persistente na sociedade brasileira. A insegurança alimentar está dividida em três classificações: leve, moderada e grave. Leve é quando não se tem certeza sobre a aquisição dos alimentos no futuro e sobre sua qualidade. Moderada é quando não há comida suficiente dentro de casa. Grave é quando há uma quantidade bem pequena de alimentos entre as crianças e a fome entre os adultos ou famílias (Bezerra *et al.*, 2019).

Após a pandemia de covid-19, houve um aumento da insegurança alimentar, sendo também consequência do aumento do desemprego no Brasil, que em 2021 passou para 13,5 milhões de pessoas, comparado com o ano de 2018 que foi de 13,1 milhões, segundo o IBGE (2021). Com isso, falta alimento na mesa das pessoas. A pesquisa “inquérito nacional” apontou que são 116,8 milhões de pessoas em algum nível de insegurança alimentar no Brasil (Brasil, 2021). Com esse aumento, não se tem a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável.

Os programas governamentais de assistência social contribuem para proporcionar o sustento na mesa das famílias de baixa renda. O programa bolsa família tem beneficiado aproximadamente 20,8 milhões de famílias em todo o território nacional. Em São Francisco do Conde também existem programas no âmbito municipal como Programa de Acolhimento Social, “pão na mesa” que beneficia aproximadamente 6 mil famílias com R\$600,00. É com o valor recebido que as mulheres têm resolvido um pouco das demandas da casa.

Considerando essa realidade social, é relevante ter um olhar cuidadoso, porque em muitos casos é na escola que as crianças farão sua única refeição equilibrada, sendo este um direito garantido por lei:

[...] a resolução garante esse direito à alimentação escolar, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontrem em vulnerabilidade social (Brasil, 2020 p. 3).

Assim, é importante considerar que “[...] as condições nutricionais das crianças são fundamentais para que não ocorra a evasão escolar, bem como para o aumento do rendimento da aprendizagem do aluno” (Abreu, 1995, p. 7; Friedman, 2000, p.1). Nesse contexto, o PNAE é um programa de ação governamental que propõe oferecer uma implementação na merenda escolar no estado, distrito e município com a ajuda financeira através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), conforme a modalidade de ensino das escolas. Sobre o FNDE, trata-se de uma “[...] autarquia vinculada ao MEC, responsável pela coordenação do PNAE, pelo estabelecimento das normas gerais de planejamento, execução, controle, monitoramento e avaliação do Programa, bem como pela transferência dos recursos financeiros” (Brasil, 2020, p. 3).

Com isso há uma força tarefa para levar até as escolas uma EAN, portanto há também a presença do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que “é um órgão colegiado de caráter fiscalizador permanente, deliberativo, e de assessorando, instituindo no âmbito dos Estados, do

Distrito Federal e dos municípios” (Brasil, 2020, p.3). Há uma equipe formada com pais de alunos, sociedade civil, poder executivo e discentes, docentes ou servidores da educação. Então, é de responsabilidade de todos zelar por uma alimentação escolar adequada e saudável, visando sempre o bem estar do aluno e seu aprendizado na escola. A sua atuação na escola é de grande relevância e é sua responsabilidade ter controle social do PNAE, a fim de “acompanhar a aquisição dos produtos, vistoriar a qualidade dos alimentos oferecido para os alunos, e fiscalizar as condições higiênico - sanitárias em que os alimentos são armazenados e servidas, e os recursos financeiro destinados a merenda escolar” (Brasil, 2020, p. 19-20).

Por sua vez, o Fundo Nacional de Desenvolvimento FNDE, tem uma participação significativa, através dos repasses dos recursos financeiros para os municípios. O mesmo é vinculado ao PNAE, pois a sua função é contribuir no crescimento, desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar dos estudantes e na formação de hábitos alimentares saudáveis . Desse modo, não podemos imaginar crianças sem acesso a esses direitos, em contrapartida sabemos que isso é uma realidade em muitas escolas onde não há o cumprimento da lei. Apesar da legislação ser favorável às ações de educação alimentar e nutricional, ainda há algumas escolas no Brasil que não são atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (Silva *et al.*, 2016).

Em relação a documentos de orientação às práticas de EAN, podemos citar o documento elaborado pela extinta² Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional intitulado “Princípios e Práticas para a Educação Alimentar e Nutricional” (Brasil, 2018). Consiste num marco de referência rico em conhecimentos que contribuem para promover educação alimentar e nutricional. Foi produzido em 2012 em uma parceria entre Conselho Federal de Nutricionistas, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). O objetivo é trazer contribuição central à percepção dos diversos caminhos e possibilidades concretas para um planejamento e execução de ações de educação alimentar. O público-alvo foram os gestores de políticas públicas e profissionais de educação alimentar em diversas áreas: unidades de ensino em geral, áreas hospitalares, etc. Uma das recomendações é que técnicos ou responsáveis pela educação alimentar se reúnam com toda a equipe, inclusive com os gestores públicos do município, e organizem todos os projetos e ações para educação alimentar nutricional de acordo com a realidade e necessidade do município. Através deste trabalho foi desenvolvido um projeto de extensão na cidade de Salvador, com o intuito de

² Em 2019, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi extinto pelo presidente Jair Bolsonaro. Mesmo com algumas propostas de ajuste e mobilização, foi vetada a recriação do Consea. A razão alegada foi a falta de um fundo financeiro.

oportunizar a comunidades repensar em suas ações de educação alimentar e nutricional. O projeto teve iniciativa coletiva com a parceria com a secretaria de saúde e da secretaria de educação. O projeto conseguiu um espaço de um antigo anfiteatro abandonado e logo foi transformado em uma biblioteca e ao redor uma horta comunitária, chamada “horta mãe”, com o objetivo de construir identidade, alimentar perspectiva de renda e vínculo com as raízes históricas da comunidade e de toda cidade.

Em relação aos documentos curriculares oficiais utilizados no contexto de São Francisco do Conde, observou-se que o Referencial Curricular Franciscano (RFC) não apresenta referência direta à educação alimentar e nutricional nas orientações para a educação infantil, mas cita a EAN como possível tema integrador nas articulações curriculares interdisciplinares para os anos iniciais do ensino fundamental, sobretudo a partir dos saberes propostos em “Ciências, Tecnologia e Sociedade”. Já na Base Nacional Comum Curricular, no campo de experiência da educação infantil, não foi encontrado nada que possibilite ao professor desenvolver a aprendizagem sobre a educação alimentar e nutricional para as crianças.

Segundo Santos (2023), na BNCC a educação alimentar e nutricional é citada poucas vezes em todo documento curricular e não tem um destaque entre áreas de conhecimento/campos de experiência e educação alimentar e nutricional. Isso pode nos apontar o quanto tal abordagem ainda é frágil e precisa ser revista. A EAN precisa estar no currículo das escolas, principalmente na educação infantil.

3 A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A ESCOLA ENQUANTO PROTAGONISTAS NA MUDANÇA DE HÁBITO NA INFÂNCIA

Uma alimentação saudável pode trazer grandes benefícios para a vida das crianças. Magalhães e Caudina (2020) afirmam que uma boa alimentação deve ser um hábito, pois isso é fundamental no desenvolvimento da criança, sendo preciso conscientizar sobre a importância e benefícios proporcionados desde a infância. Os pais em sua maioria não sabem o quanto é importante a ingestão de uma alimentação saudável e o quanto isso poderá impactar no desenvolvimento das crianças. O Ministério da Saúde (Brasil, 2009), assegura, que é na infância que se desenvolve grande parte das potencialidades humanas. A falta de uma alimentação equilibrada e saudável poderá trazer grandes consequências para a criança, da mesma forma uma alimentação equilibrada e saudável poderá trazer grandes benefícios para o desenvolvimento da mesma. Esse impacto pode atingir no aspecto cognitivo, motor e afetivo

da criança, pois a mesma, nesta fase, precisa de muito cuidado e atenção (Magalhães; Caudina, 2020).

A alimentação tem um papel de grande relevância na vida humana, sem a mesma não seria possível sobreviver. Cavalcanti et al (2012) apontam que uma boa alimentação pode desempenhar um papel decisivo para o crescimento e o desenvolvimento físico da criança em idade escolar, época em que a criança passa por um acelerado processo de evolução biológica justamente com o desenvolvimento sócio-psicomotor. O cuidado com alimentação nos proporcionará uma qualidade de vida melhor, podemos pensar nessa qualidade de vida voltada para as crianças pois a mesma ainda está em processo de desenvolvimento e com esse cuidado desde a infância isso poderá contribuir no seu desenvolvimento como um todo.

Segundo Oliveira (2017) todos os alimentos que comemos têm um grande impacto na função cerebral, esse impacto poderá interferir no humor, no pensamento, na memória, no aprendizado e no desenvolvimento celular. Se tiver uma comida bem colorida e equilibrada esta poderá fornecer nutrientes necessários para manter o cérebro bem ativo e saudável. Portanto é importante ressaltar que uma alimentação saudável deve fazer parte do cotidiano das crianças a fim de que desde cedo ela tenha uma qualidade de vida e também aprenda o quanto é importante ingerir uma boa alimentação.

Nesse sentido, compreende-se que as crianças não vêm ao mundo com a sua própria cultura. O conhecimento e paladar são adquiridos onde se vive. A infância é, portanto, uma fase propícia para a mudança de hábito e nesse período as crianças estão mais receptivas para adquirir novos conhecimentos (Piasetzki, Boff, 2018). O espaço escolar deve ser o ponto de partida para levar as crianças ao novo conhecimento e deve levar em conta a percepção prévia sobre o mundo natural e social e sobre uma boa saúde (Zompero; Figueiredo; Garbim, 2016).

Na prática da EAN, é necessário saber a procedência dos alimentos, é aí que entra agricultura familiar com todo aparato e cuidado. A agricultura familiar tem tido um cuidado relevante com os alimentos que vão estar nas nossas mesas e nos pratos dos nossos alunos (Brasil, 2016). Os alimentos tendem a ser produzidos com todos os cuidados, onde são preservadas as tradições alimentares locais e os produtos são de baixo impacto ambiental. A pequena agricultura favorece a produção agroecológica em que alimentos são produzidos com o uso de um conjunto de técnicas que visam a sustentabilidade econômica e ecológica preservando o meio ambiente e valorizando os produtores rurais (Brasil, 2012). Nesse sentido, a valorização de alimentos cultivados em produção agroecológica também previne o consumo de alimentos contaminados por agrotóxicos. Quando os alimentos são produzidos com o uso de agrotóxicos, ou seja, “veneno”, consumidores acabam ingerindo esses produtos e os danos

causados não são somente na saúde das pessoas, mas também no meio ambiente. Numerosos estudos comprovam os graves e diversificados danos à saúde provocados por esses biocidas (Abrasco, 2012).

Ainda que os alimentos sejam fornecidos com segurança para as escolas, isso não dispensa o papel da nutricionista, porque é ela que irá desenvolver o cardápio adequado para cada escola e fará um mapeamento dos produtos da agricultura familiar disponíveis no município, desta forma poderá oferecer para os alunos alimentos nutritivos e saudáveis (Brasil, 2012). Os estudos sobre o tema que são referências para a análise destacam que a promoção da educação alimentar demanda uma ação conjunta de todos os atores envolvidos (professoras, nutricionistas, gestores públicos) e indicam que a infância é um momento favorável para a mudança de hábitos alimentares.

Um estudo desenvolvido em uma escola municipal de educação infantil no Maranhão (Ataides *et al.*, 2020, p. 3-4.), teve como objetivo "investigar a concepção das crianças sobre os seus hábitos alimentares bem, como desenvolver ações de sensibilização sobre a importância de uma alimentação equilibrada e o combate ao desperdício dos alimentos". O estudo foi desenvolvido em uma turma de pré-escola, com participação de 20 alunos entre 4 a 6 anos de idade. A pesquisa foi desenvolvida de forma dinâmica e lúdica como com as questões abertas feitas oralmente para as crianças, sobre alimentação, o gosto pelo consumo de frutas e verduras e o consumo de doces e refrigerantes. A metodologia abordada foi através da prática da leitura com gêneros textuais voltados para alimentação saudável. Houve contação de história voltada para alimentação saudável e a apresentação de um vídeo que reforçava a sua importância. A pesquisa mostra que havia uma porcentagem muito grande de alunos (80%) que levavam lanches não saudáveis para a escola, pois eram carregados de sódio e calorias. 90% das crianças entrevistadas consomem e gostam de refrigerantes.

Considerando o número de casos de doenças não transmissíveis como a diabetes e obesidade em crianças, tem-se percebido a importância da EAN. E com isso se percebe que a escola pode ser um grande instrumento, a fim de proporcionar uma boa saúde para as crianças. Accioly (2009) afirma que a escola é um espaço relevante para implementação e incorporação de valores, atitudes e ações que possam contribuir no estabelecimento de hábitos saudáveis de alimentação. De acordo com a pesquisa, percebeu-se a importância da escola para atuar como agente de saúde conscientizando as famílias e os alunos a respeito dos malefícios que a má alimentação pode ocasionar a saúde das crianças. É de grande importância a prática da EAN nas escolas principalmente na educação infantil porque é o começo de tudo.

Brito e Porto (2017) desenvolveram uma pesquisa realizada em uma instituição educacional, com a realização de atividades de educação alimentar e nutricional. Foram separadas algumas frutas que seriam utilizadas com as crianças que participaram da pesquisa, no segmento da educação infantil. Na primeira proposta foram oferecidas frutas cortadas em cubos self-service para 15 crianças da pré-escola para identificar as frutas que as crianças menos aceitariam naquele momento. Logo em seguida foi feita uma intervenção com a atividade lúdica, recreativa e educacional abordando-se as frutas que foram anteriormente ofertadas. Depois dessa atividade foi oferecida novamente outra rodada de frutas cortadas em cubos self-service com objetivo de saber a aceitabilidade das frutas. Os resultados da pesquisa foram bem satisfatórios: 80% das crianças aceitaram as frutas que haviam sido rejeitadas na primeira etapa; já o resultado da atividade lúdica também foi bem sucedida em sua proposta de educação alimentar e nutricional. Os pesquisadores perceberam a necessidade do desenvolvimento de um processo de educação permanente para obter um resultado mais prolongado.

O estudo de Silva, Monego, Souza e Almeida (2018) contribuiu para entender a importância que uma nutricionista tem no desenvolvimento das ações de educação alimentar e nutricional nas escolas. Este trabalho teve como objetivo identificar as ações de educação alimentar e nutricional no âmbito do PNAE e sua relação com o perfil do nutricionista. A pesquisa incluiu os municípios de Goiás no ano de 2012, no período de abril a agosto deste ano. Foram feitos questionários que foram aplicados por telefone aos nutricionistas e gestores do PNAE, realizados em 214 municípios de Goiás. A maioria dos entrevistados confirmou a atuação e a prática da educação alimentar e nutricional nas escolas, e mesmo esta ação fazendo parte do PPP das escolas, nem todos sabiam em qual componente curricular desenvolvem esta atividade.

O estudo de Magalhães e Porte (2018) teve como objetivo conhecer a percepção sobre a educação alimentar e nutricional dos professores da educação infantil no município de Água Boa, Minas Gerais, onde foi feita uma pesquisa com abordagem qualitativa. O resultado final apontou que o conhecimento dos professores está embasado na dimensão biológica da alimentação, deixando claro a reprodução de um discurso preocupado com corpo físico e orgânico. Os professores não apresentaram nenhum tipo de preocupação com as dimensões culturais, sociais e psicológicas relacionadas à alimentação. Sendo que os educadores poderiam ter um olhar especial para essa questão, porque a alimentação também tem um aspecto cultural e é fundamental para o desenvolvimento das crianças. Na pesquisa citada, em sua maioria, as profissionais eram mulheres, são elas, as professoras e nutricionistas, que têm desempenhado essas funções.

Davanço, Taddei e Gaglianone (2004) apontam a importância dos professores terem uma formação nesta área, para que tenham um bom desempenho para promoção da saúde e da nutrição. Pois com a formação, os professores terão mais autonomia para abordar o assunto, podendo fazê-lo de forma mais ampla. É interessante que os professores sejam motivados para que possam assim contribuir na transformação e no comportamento dos alunos através de uma alimentação saudável.

4 METODOLOGIA

Com base nas observações e inquietações descritas na introdução deste trabalho, pensou-se em realizar a pesquisa na rede pública de São Francisco do Conde, e na Secretaria de Educação do município, buscando compreender o papel da educação alimentar e nutricional e a influência da escola nas mudanças de hábitos. A pesquisa envolveu duas instituições de Educação Infantil (uma de pré-escola e uma creche). Para se buscar os objetivos pretendidos, foi desenvolvido um estudo qualitativo e exploratório, onde a investigação foi realizada com professoras em uma escola de Educação Infantil (grupos 4 e 5) e em uma escola que atende o segmento creche em São Francisco do Conde-Ba, sendo a creche localizada na zona rural e a pré-escola na zona urbana do município. Dessa forma, o estudo teve como participantes, sujeitos de pesquisa, 04 professoras da educação infantil das referidas escolas, sendo uma da creche e três da pré-escola, e duas nutricionistas, conforme ilustrado na tabela abaixo (tabela 1). Deste modo a escolha das escolas se deu de acordo com a facilidade de acessar as participantes, além do fato de cada escola estar localizada em zonas diferentes, sendo uma na zona urbana e a outra na zona rural, a fim de verificar se há alguma diferença na distribuição da alimentação escolar.

Tabela 1 - Participantes (sujeitos da pesquisa)

PARTICIPANTES	FORMAÇÃO	FAIXA ETÁRIA	LOCAL DE ATUAÇÃO
Professora A	Pedagogia	35 a 50 anos	Pré-escola
Professora B	Pedagogia	35 a 50 anos	Pré-escola
Professora C	Pedagogia	35 a 50 anos	Pré-escola
Professora D	Pedagogia	35 a 50 anos	Creche
Nutricionista (N1)	Nutrição	35 a 50 anos	Secretaria de educação
Nutricionista (N2)	Nutrição	35 a 50 anos	Secretaria de educação

Fonte: elaboração própria.

Foram utilizadas, enquanto técnica de coleta de dados, observações no espaço escolar e uma entrevista semiestruturada para cada participante, sendo que no caso das nutricionistas foi aplicada uma entrevista única, cujas respostas eram respondidas de forma complementar entre as mesmas. Da mesma forma ocorreu com duas professoras do G4 da mesma instituição, visto que a entrevista foi realizada dentro da disponibilidade das mesmas no período da atividade complementar (A.C.) por não encontrarmos outro momento. Dessa forma, a entrevista foi realizada com as duas professoras no mesmo momento, sendo que as respostas eram dadas individualmente, por cada uma delas. Para isto foram elaborados dois roteiros para a aplicação de entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE), com foco na merenda escolar do município: um roteiro para as professoras da educação infantil e um roteiro para as nutricionistas que atuam no município. Tais roteiros foram construídos após as observações.

Segundo Minayo (2009) a entrevista semiestruturada nos permite uma aproximação com o entrevistado através de um diálogo aberto, havendo assim uma possibilidade de tratar de determinadas perguntas sem se perder no questionamento formulado. Neste sentido, o pesquisador poderá buscar novas respostas e novas informações no percurso do processo de aplicação da entrevista. Neste sentido, esta técnica consiste num instrumento para coleta de dados que proporciona uma maior flexibilidade e interação com os participantes (Michelat, 1982).

Para a escolha dos profissionais participantes foram adotados os seguintes critérios: a) Nutricionistas - contato e indicação da Secretaria de Educação do município e disponibilidade para a pesquisa; b) Professores: maior tempo de trabalho na escola e disponibilidade para a

pesquisa. Antes da entrevista, todos os profissionais foram convidados a ler e assinar o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), no qual explica-se que as informações adquiridas seriam utilizadas apenas para fins acadêmicos/científicos, tendo o anonimato dos participantes preservado.

Para a construção do instrumento para a coleta de dados (roteiro de entrevista semiestruturada) foram realizadas observações no momento das refeições das crianças, em ambos os contextos pesquisados (creche e pré-escola). As observações impulsionaram reflexões que contribuíram no processo de construção do roteiro das entrevistas. Assim, após a observação foram elaborados dois roteiros, um para os professores e outro para as nutricionistas.

Sendo assim, a pesquisa de campo se deu em três etapas. Na primeira etapa, foi observada a estrutura da escola e se a merenda escolar oferecida para as crianças estava de acordo com os critérios de uma alimentação nutricional saudável. Na segunda etapa foi elaborado o roteiro da entrevista a partir das reflexões suscitadas pelo momento da observação. Na terceira etapa foi aplicada a entrevista semiestruturada de forma presencial, cujas respostas foram registradas em áudio. Em seguida os dados coletados foram analisados e problematizados. Pretende-se com as informações obtidas junto às professoras e nutricionistas embasar propostas de formação em educação alimentar e nutricional que tenham impacto no cotidiano da escola.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A observação se deu nas duas instituições - campos de pesquisa, nos quais foi observado o local onde eram preparadas as refeições e como era o momento da alimentação das crianças, com a finalidade de saber se a alimentação fornecida era nutritiva e saudável, e como era a reação das crianças ao receber sua refeição. Diante disso, verificou-se que a alimentação é manipulada na cozinha dos dois espaços escolares observados (creche e pré-escola). Verificou-se também que, nos dois contextos, as professoras acabam realizando uma espécie de “supervisão” da alimentação fornecida às crianças, verificando a qualidade, o sabor e se está adequada ao cardápio do dia. Já o momento da refeição era muito esperado pelas crianças, sendo esse de muita alegria no qual elas se alimentavam e conversavam com seus coleguinhas. Foi observado que poucas crianças rejeitaram a alimentação da escola, pois haviam trazido o próprio lanche de casa. Diante disso, houve um momento em que a professora dizia que o lanche

“era uma delícia” a fim de verificar se a criança realmente não queria o lanche da escola. Após esse estímulo da professora, uma das crianças guardou o seu lanche e deu preferência à alimentação da escola.

Dessa forma, sendo a alimentação escolar fundamental para o desenvolvimento dos alunos, foram desenvolvidas perguntas que refletissem às inquietações que surgiram após as observações, tais como: a concepção de educação alimentar e nutricional que os professores têm; como e quando os professores trabalham esta temática em sala de aula; como tem se dado o planejamento da merenda escolar para o município; se a merenda escolar oferecida tem alcançado a demanda do município e se há uma parceria entre a escola e a nutricionista, pois sabemos que muitos alunos não têm condições de ter uma alimentação balanceada, pois só têm acesso a essa única refeição que é ofertada na escola.

Até o momento da realização da entrevista foram necessárias quatro visitas nos locais pesquisados. Na pré-escola precisei ir duas vezes, pois o horário disponível seria durante a atividade complementar (AC) das professoras. Lá foi realizada a entrevista com três professoras sendo uma do grupo cinco (G5) e duas do grupo quatro (G4). Em relação a essas duas últimas professoras (G4), foi necessário realizar a entrevista com ambas no mesmo momento, devido a falta de disponibilidade das mesmas para conceder a entrevista em momentos diferentes. Dessa forma, a cada pergunta realizada, as professoras respondiam individualmente, sendo que uma ouvia a resposta da outra. Em relação à creche, a entrevista foi realizada com uma professora do grupo um (G1). Ao chegar em cada contexto, conversei com as professoras de modo informal, onde pude perceber que elas ficaram mais à vontade com a minha presença. Fiz essa “quebra de gelo” com todas as entrevistadas após perceber que elas estavam bem tensas, e isso ajudou muito, pois após esse momento elas ficaram mais à vontade. Logo depois falei da importância da pesquisa e agradei por terem aceitado. A primeira entrevista foi na pré-escola, com uma professora do G5. Além das professoras, foram também entrevistadas duas nutricionistas do município de São Francisco do Conde. A entrevista das mesmas foi realizada simultaneamente, devido também a disponibilidade de tempo concedido, assim como ocorreu com as professoras do G4.

Toda a pesquisa de campo se deu, portanto, dentro do tempo das colaboradoras, participantes da pesquisa, de acordo com a disponibilidade de cada uma. Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente com gravação de voz realizada pelo celular para que assim a pesquisa ficasse rica em detalhes. Para a análise das entrevistas as professoras foram denominadas de “Professora A” (Grupo 5), “Professora B” (Grupo 4), “Professora C” (Grupo

4) e "Professora D" (Grupo 1). Em relação às nutricionistas, estas foram denominadas N1 e N2.

5.1 CONCEPÇÕES DAS PROFESSORAS SOBRE A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

As professoras foram questionadas sobre suas concepções acerca da educação alimentar e nutricional, sendo estas a seguir descritas. Conforme a professora A: *“a educação alimentar e nutricional é algo fundamental para o desenvolvimento das crianças, porque se a criança não for bem nutrida ela não vai aprender nada”*. Para a professora B: *“é ter consciência dos alimentos saudáveis e conhecer as adversidades ou quando a criança tem algum tipo de intolerância deve suprir dentro da necessidade dela”*. A professora C, por sua vez, define: *“Conscientização de uma alimentação saudável, suprir a carência da criança mesmo dentro dos limites alimentares que a criança tem”*. Por fim, a professora D afirma que:

A minha concepção de educação alimentar e nutricional é aquela que a gente precisa saber de que forma a gente pode se alimentar da melhor forma possível, porque a alimentação é a base para você ter energia, pra você ter nutrientes necessários, para você viver e desenvolver suas atividades. Eu acredito que a gente precisa ter um entendimento mínimo possível de que forma eu posso me alimentar e precisa para ter energia e ter consciência de conhecer o básico para se alimentar bem (Professora D).

Percebe-se que as professoras têm, com suas devidas diferenças, alguma base sobre educação alimentar e entendem também o quanto alimentação saudável é importante para os alunos. Elas entendem que a educação alimentar tem um papel muito importante na vida das crianças, o quanto elas precisam estar bem alimentadas para obter os nutrientes necessários para ter um bom aprendizado. A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é o campo do conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para assegurar o Direito à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) (Brasil, 2022). Desta forma entendemos que esse conhecimento deve ser construído de forma transversal no ambiente escolar garantindo a sustentabilidade das ações dentro e fora de sala de aula, pois o professor é um estimulador de hábitos alimentares saudáveis o seu papel é fundamental para a construção de novos hábitos.

As professoras também foram perguntadas sobre como avaliam a merenda escolar da escola que atuam. Para as professoras A e D a merenda é de boa qualidade. Conforme a

professora A: *"Após a pandemia eu vejo que existe uma preocupação com a qualidade maior"*.

A Professora D, afirma que:

a merenda da minha escola é muito boa e excelente, eu observo que a equipe de nutrição ela tem uma preocupação muito grande em proporcionar aos bebês e as crianças bem pequenas uma alimentação mais saudável possível, na alimentação não vai sal, açúcar, fritura, embutidos e suco de caixinha e tantas outras coisas que não se oferece para as crianças por questão de cuidados.

A alimentação escolar é valorizada pelas professoras, ainda que haja um questionamento das professoras, as mesmas afirmam que é muito boa.

Em relação às professoras do Grupo 4, há uma certa crítica ao fornecimento de refeições no horário do lanche: *"Eu acho que poderia ser melhor, ser mais elaborada, tem a questão de frutas, feijão, sopa que é algo bom para as crianças, mas tem a questão do turno da manhã que encara como um almoço"* (Professora B); *"A merenda daqui da escola é muito boa, porém tem muita comida, poderia dar mais biscoito produzido pelas cozinheira, para os alunos da parte da tarde eles já vem com a barriga cheia e os da parte da manhã se eles come comida na escola, quando chegar em casa eles não almoçar"* (Professora C). Diante dessas respostas, perguntei: *A escola não deveria se preocupar em oferecer uma alimentação balanceada?* Elas responderam de forma similar, afirmando que: *"Deveria sim, se preocupar, no caso eu acho que deveria dar mais lanche saudável ao invés de comida, é ofertada muita comida, deveria ser intercalando com lanche."*

Refletindo sobre esses últimos trechos da entrevista, podemos afirmar que a merenda escolar brasileira tem uma história. A educação alimentar nas escolas surgiu nos anos de 1930 e 1940 através de movimentos sociais por merenda escolar, partindo de iniciativas para arrecadar fundos, para fornecer alimentos a seus alunos. Havia a necessidade de oferecer alimentação nas escolas, mas essa não se concretizou, pois o governo não tinha recursos financeiros. O governo federal não tinha vínculo com essas iniciativas, mas observou a importância da alimentação escolar e a permanência dos estudantes nas escolas, e também a diminuição da desnutrição infantil no país e isso perdurou até o ano de 1979 (Brasil, 2006).

Segundo Chaves e Brito (2006) em 1950 a alimentação escolar era oferecida por organizações internacionais através de doações, ou seja, o governo não comprava alimentos. No entanto, os alimentos doados eram industrializados como: farinha de trigo, leite em pó, e soja. E com isso não era possível oferecer alimentos a todas as escolas e então o governo começou a fornecer esses alimentos nas escolas que tivessem grandes quantidades de alunos com maior índice de desnutrição, e logo o Brasil entrou dentro dos critérios e com isso o Brasil

passou a ser um dos primeiros lugares a ser contemplado. “Em 31 de março de 1955 Juscelino Kubitschek de Oliveira assinou o decreto de número 37.106, criando a campanha da merenda escolar (CME)” (Brasil, 2006, p. 16). Por esse motivo surgiu a necessidade de dar início a uma campanha de merenda escolar, então, foi se modificando também o nome, que se tornou programa nacional de alimentação escolar (PNAE).

No ano de 1960 houve uma grande diminuição nas doações, o governo federal, com esse motivo começou a comprar produtos brasileiros para alimentação escolar. Não foi fácil a trajetória da merenda escolar para chegar aonde chegamos, a merenda escolar passou por vários processos até chegar à alimentação escolar. Com isso, a alimentação é um direito dos estudantes e esse direito é garantido pela constituição.

Percebe-se, que não devemos oferecer qualquer alimentação para os alunos, ou seja, a lei nos garante uma alimentação escolar saudável. A lei não garante para os alunos um “lanche saudável” e sim uma alimentação saudável e balanceada, contribuindo com a saúde física e mental dos alunos. Pois, nos lanches não se encontram os nutrientes necessários para o corpo humano. Foi nessa perspectiva que o PNAE criou políticas públicas voltadas para o cuidado da saúde dos alunos. Portanto, o PNAE não se preocupa só com a “barriga cheia” das crianças, mas tem uma preocupação total, porque uma boa alimentação, poderá proporcionar não só crianças nutridas, mas crianças com bom desenvolvimento, com boa saúde e com bom desempenho estudantil.

Diante do diálogo com as nutricionistas percebe-se que a refeição escolar é regida pela lei 11.947/2009. De acordo com a nutricionista responsável pela merenda escolar do município:

O cardápio escolar segue todos os parâmetros de toda a legislação do programa nacional de alimentação escolar que é estabelecido pelo ministério da Educação, pelo fundo nacional de Desenvolvimento da educação que é uma autarquia vinculada ao ministério da Educação, que gerencia esse programa. Temos a lei 11.947/2009, que institui o programa e regulamenta, todos os cardápios seguem todas as legislações, para ver o que pode e o que não pode, pra ver quantas vezes colocamos determinado alimento na semana, para poder atingir as necessidades nutricionais daquele estudante. Temos também o PNAE (Programa Nacional de Educação Alimentar), o cardápio é desenvolvido por modalidade no município, temos o EJA, que é (Educação de Jovens e Adultos) tem a Pré-escola e o infantil que é a Creche e tem o fundamental 1 e 2. Segundo a resolução de 06 Maio de 2020 ele restringe até 03 anos não pode comer açúcar e maiores de 03 anos podem ingerir açúcar. O cardápio é feito dentro desta resolução. Antes chamava-se de merenda escolar, hoje ampliou-se para alimentação escolar justamente pensando na carência nutricional dos alunos (Nutricionista N1).

5.2 COMO E QUANDO OS PROFESSORES TRABALHAM A TEMÁTICA DA EAN NAS SALAS DE AULAS

Foi perguntado às professoras se elas têm trabalhado a educação alimentar nutricional em sala de aula. Sobre essa questão, a professora A afirma que: *“sim, geralmente tem um período do ano que se trabalha com o tema”*. Ao ser questionada sobre a frequência que ela trabalha com esse tema, a mesma afirma que: *“às vezes um mês, às vezes uma unidade, eu sei que precisa trabalhar essa temática na sala.”* Sobre os períodos que se trabalha, ela disse que: *“no período de festa por exemplo, na semana das crianças, porque é a época dos doces, aqui na escola não damos para as crianças doces e as crianças perguntam o porquê não damos doces e explicamos”*.

A Professora B afirmou que: *“Não trabalho como os demais temas, mas abordamos de vez em quando, às vezes no período do lanche falo com eles que a comida é boa ou quando o aluno traz uma merenda que não é saudável, aí eu falo com ele pra deixar o lanche dele para depois e que ele coma o lanche da escola, porque é gostoso”*. A Professora C responde de forma parecida: *“eu trabalho com o que os alunos trazem de casa, às vezes as crianças trazem de casa suco de caixinha, eu falo para ele que é gostoso mas não é bom para saúde e estímulo eles se alimentarem com a merenda da escola, por que é saudável.”* Ao ser questionada se a educação alimentar nutricional é inserida dentro do planejamento, assim como os outros temas/assuntos ela afirma que: *“não, que o trabalho realizado é de conscientização.”* Diante dessas respostas perguntei se não havia uma metodologia específica para trabalhar em sala com a temática. As professoras B e C afirmam:

não temos nenhum método voltado para esse tema, o que fazemos é a questão de conscientizar; tem momentos que a crianças chega aqui (escola) com pirulito, pipoca salgada, tem uma criança que tem relatório médico, este aluno é diabético ele chegou aqui com suco de caixinha, muitas das vezes não podemos fazer muita coisa, porque os pais não ajudam, tem criança que diz que não vai trocar o lanche de casa com o da escola, porque foi a mãe que deu, temos esse cuidado, mas percebemos que os pais não têm contribuindo (Professoras B e C).

Já as respostas da professora D se difere das demais:

sim, eu trabalho com frutas e verduras, aproveito para trabalhar com a textura e o cheiro dessas frutas e verduras, desse jeito vou mostrando o quanto é bom, faço trabalho de parceria com as famílias, mostro para elas de que forma as crianças bem pequenas se alimentam e falo da importância que essa alimentação seja oferecida também em casa; têm também os pais que não ajudam, já recebi crianças logo pela manhã com pirulito e eu chamo o responsável atenção com o cuidado com a criança, o cuidado tem tudo a ver com o que comemos, tem pais que não ajuda mesmo. Já tive relatos de mães que

me disse que mudou alimentação do filho porque da escola, outra experiência foi de uma criança que após o almoço pede uma fruta, porque na escola a sobremesa é frutas e mais uma experiência é de outro aluno que pede aos pais para lavar as mãos para almoçar, porque na escola faz assim (Professora D).

Analisando as respostas das professoras A, B e C percebe-se nitidamente que não há desenvolvimento dessa temática (EAN) na sala de aula pois não é algo recorrente, mas aparece apenas em alguns momentos, de forma pontual. Podemos perceber que o tema não é considerado um conteúdo de grande relevância a ser trabalhado. Nesse sentido, observa-se que esse trabalho não deveria ser feito de forma esporádica, porque estamos trabalhando com vidas, devemos portanto ter uma atenção cuidadosa. A escola também deve promover a saúde das crianças, por meio do desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. Desta forma podemos perceber a importância da formação continuada para esses professores para que possam desenvolver autonomia e o conhecimento para trabalhar em sala de aula com a temática. Porque quando se fala em educação alimentar e nutricional pensamos em um conjunto que envolve as dimensões culturais, sociais e psicológicas, pois a educação alimentar e nutricional engloba tudo isso.

De acordo com Oliveira e Oliveira (2008) a importância das ações educativas desenvolvidas com o propósito de promover autonomia dos alunos está na interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, respeitando as culturas alimentares e valorizando a história alimentar e a diversidade regional, tratando também os saberes populares e a biodiversidade local. No entanto, educar para ter saúde não é fácil, mas é uma responsabilidade de todos. A escola é um local privilegiado que pode se transformar em um espaço capaz de promover a promoção da saúde através da educação alimentar nutricional. Razuck, Fontes e Razuck (2011) afirmam que é importante que o educador possua conhecimentos e habilidades sobre a promoção da educação alimentar saudável, fazendo isso incorporado ao seu trabalho pedagógico. Se assim acontecer teremos profissionais mais confiantes e alunos mais nutridos e capazes de fazer escolhas alimentares saudáveis, o que pode ser estendido por toda a vida.

Analisa-se também que apenas uma professora entrevistada afirma trabalhar em sala de aula com a temática em período semestral. Compreendemos portanto que em alguns contextos educacionais a EAN não é algo trabalhado como outros assuntos, visto que a maioria das entrevistadas afirmam não trabalhar periodicamente, abordando o assunto apenas em momentos oportunos, ocasionalmente. Como já vimos acima, é importante que se trabalhe a temática da EAN em sala de aula, não apenas ocasionalmente, pois nossas crianças têm se alimentado mal, e precisam de conhecimento e estímulo. As crianças precisam ver e viver isso

na prática e o espaço escolar é o melhor lugar para que lhes seja ensinado como se alimentar de forma correta. Elas podem vivenciar isso na prática, por exemplo, nos momentos das refeições ofertadas pelas escolas e creches. Esse assunto não deve ser só trabalhado em sala de aula, deve ser praticado, pois a prática e a teoria é uma via de mãos dupla para a mudança de hábitos alimentares. Sendo assim, a escola estaria cumprindo o seu papel na formação destas crianças. Ainda que a maioria das professoras afirme não trabalhar a educação alimentar e nutricional em sala de aula, percebe-se que não há uma preocupação ou uma cobrança destes profissionais por parte da gestão para que possam abordar a respeito da educação alimentar e nutricional. É relevante que todos os professores do município trabalhem periodicamente com o tema, e que isso seja desenvolvido regularmente, de forma interdisciplinar e não de forma isolada. Como afirma Zancul (2008), a ação educativa é um resultado de uma construção constante e, através desta prática acredita-se que será constante os hábitos alimentares saudáveis, o que pode ser posto a partir de um processo de educação alimentar e nutricional permanente dentro do espaço escolar.

Para Kishimoto (2008), o processo de aprendizagem das crianças deve ser favorecido através de atividades lúdicas, pois a ludicidade potencializa o aprendizado, sendo a primeira infância um período onde elas aprendem através da visualidade, ou seja através, do que vivenciam. As crianças estão o tempo todo observando a atuação dos adultos, tanto no que fala como no que faz, a suas observações os torna reprodutoras do que tem vivenciado. Se os professores soubessem a grande responsabilidade que têm a partir da própria atuação profissional, o mundo da educação seria melhor. Alguns professores passam despercebidos com essa responsabilidade, é certo que o mesmo não irá mudar o mundo, mas poderá fazer uma grande diferença. Se essa mudança começa ainda na infância, teremos pessoas com mentes brilhantes.

5.3 A ATUAÇÃO DAS NUTRICIONISTAS NAS ESCOLAS

Ao serem perguntadas se na escola há sempre a presença da nutricionista, a professora A afirma que *“nunca tivemos a presença da nutricionista na escola, abordamos na escola esse cuidado e nas reuniões com os pais falamos sobre isso, pedimos os pais que evite dar muitos doces, como refrigerante, biscoito recheado, suco de caixinha ou garrafa, explicamos que isso está prejudicando a saúde das crianças”*. As professoras B, C também afirmam que nunca tiveram um momento com a nutricionista para ajudar nesta questão e que nunca foram

orientadas como lidar com crianças que não querem comer o lanche da escola ou até mesmo para orientar os pais: “ *Nunca nos orientaram a trabalhar com essa temática na sala.* ”

Contudo, a professora D afirma que:

sim, elas estão sempre na escola, e as crianças não se alimentam com embutidos, açúcar, etc.. os pais sempre questionam que as crianças não vão gostar de tomar suco sem açúcar ou por não dar determinado alimento e com isso temos essa parceria com as nutricionistas. A mesma palestra para os pais explicando a questão da alimentação das crianças e essa palestra se estende a todo corpo escolar. Temos uma lei que embasa essa alimentação da creche, elas nos ajudam muito e a escola tem ganhado muito com a presença delas (Professora D).

De acordo com as falas das professoras A, B e C foi percebido um pedido de ajuda, sobretudo quando a Professora A diz “nunca tivemos” no momento da entrevista. Foi percebido um sentimento de impotência por parte das professoras diante dos aumentos do número de crianças que levam lanche industrializado.

Em relação às nutricionistas, foi perguntado se elas têm atuado nas escolas e de que forma tem sido essa atuação. Estas afirmam que:

Sim, a gente investe em palestra com os pais sempre no início do ano ou no primeiro e o segundo semestre, a gente envolve esses pais trabalhando com atividades lúdicas com as crianças. Por muitas vezes as crianças não têm um hábito alimentar saudável, aí não querem nem experimentar aquele alimento e com isso nós vamos com trabalho lúdico mostrando e motivando também, porque não tem como eu dizer que uma laranja é ruim se eu nunca experimentei. Muitas vezes não é porque os pais não têm em casa, por ser baixa renda, mas os pais estão acostumados com as coisas práticas, como biscoitos recheados e salgadinhos, várias vezes encontramos nas bolsas dos alunos. Muitas vezes é os pais que compram aqueles alimentos industrializados e por isso algumas crianças não têm o hábito de se alimentar com alguns alimentos, como algumas frutas, raízes e ao chegar na escola a criança vai se deparar com alimentação mais saudável possível, então ela terá estranheza. O mau hábito alimentar das crianças é recorrente dos pais, pois está associado ao comportamento alimentar incorreto do mesmo, sendo comum neste caso a oferta de alimentos pouco nutritivos” (Nutricionistas N1 e N2)

A Partir das entrevistas realizadas, que só uma das duas escolas tem visto a atuação das nutricionistas. Essa única professora (Professora D) tem a fala parecida com a das nutricionistas. As falas são convergentes no caso desta professora, se confirma.

As nutricionistas afirmam ter trabalhado para combater os lanches que vêm de casa que não são saudáveis, elas afirmam que:

conversamos na escola com a direção, conversamos com os profissionais que estão no dia a dia com os alunos na escola orientamos que ofereça sempre alimentação escolar, por ser uma alimentação toda calculada e toda planejada de acordo com a legislação, a maioria das vezes os pais manda esse lanche na mochila, mas a maioria das vezes

esse lanche que vem de casa acaba voltando para casa, a escola conversar com os pais a respeito desse lanche e isso nos mostra a importância da reunião com os pais e a conscientização. Tem isso também, que alimentação escolar é muito estigmatizada *sempre* pensava que quem usa usava alimentação da escola era pobre que estava passando fome e até hoje tem muita gente que tem essa noção, então não é isso que a alimentação escolar é, ou seja, alimentação escolar vai muito além. (Nutricionistas N1 e N2)

A partir das respostas obtidas, observa-se que a presença da nutricionista parece ser mais constante na creche do que na pré-escola onde as entrevistadas atuam. A nutricionista tem um papel de grande relevância na escola, toda prática realizada pelas mesmas têm todo o princípio e diretrizes regulamentada pelo o PNAE. O papel desse profissional habilitado deve assumir o planejamento, a coordenação, a supervisão e a avaliação na área da nutrição. A nutricionista atua como responsável técnico pelo PNAE e deve promover articulação estruturante com áreas da Educação (Brasil, 2012). Por consequência, a ação articulada pelo nutricionista deve ter como foco a saúde dos estudantes, pois os mesmos dependem de uma alimentação balanceada e bem nutrida. Esses profissionais devem fazer parte do corpo escolar, pois sua educação é fundamental nestes espaços. Para entender o papel do nutricionista e sua importância na escola, segundo os documentos oficiais, a Resolução CFN N° 380/2005 estabelece que:

Nesse contexto, o nutricionista, no exercício de suas atribuições na alimentação escolar, planeja, organiza, dirige, supervisiona e avalia os serviços de alimentação e nutrição dos alunos. É do seu exercício realizar assistência e educação nutricional entre os alunos sadios ou enfermos em instituições públicas e privadas. (Conselho Federal de Nutricionistas, 2005b). O nutricionista deve agir como um mediador destas ações, dialogando com direção das escolas, com os professores e cozinheiras, para garantir que o tema educação alimentar e nutricional seja aplicado de forma transversal e interdisciplinar. (Brasil, 2012, p. 13)

O mesmo documento destaca o papel do nutricionista no âmbito do programa de alimentação escolar e o define como:

Responsabilidade Técnica do Nutricionista: é a responsabilidade profissional legal na realização de suas atividades, compatível com a formação e os princípios técnicos da profissão visando a melhor qualidade dos serviços prestados à sociedade. É da sua competência programar e elaborar os cardápios dentro dos perfis e faixa etária dos estudantes, deve respeitar os hábitos alimentares de cada localidades. A refeição deve atender os parâmetros nutricionais, e também a quantidade e qualidades dos alimentos.. Deve planejar, orientar e supervisionar a atividade de seleção, compras, armazenamentos, distribuição dos alimentos, zelar pela qualidade e conservação dos produtos, e deve também observar se os alimentos estão dentro das orientações da vigilância sanitária. É da competência da mesma elaborar o plano de trabalho anual do programa de alimentação escolar, municipal ou estadual contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atividades; ofertar uma alimentação para as crianças que tenham uma patologia e deficiência associada à nutrição; desenvolver projeto de educação alimentar e nutrição para a comunidade escolar, inclusive promovendo a consciência ecológica e ambiental; interagir com

conselho de alimentação escolar no exercício de sua atividade (Conselho Federal de Nutricionistas, 2005a).

Percebe-se que a resolução espera do nutricionista uma atuação competente e com responsabilidade. Compreendemos que o trabalho desenvolvido por esse profissional deve portanto cumprir todos os requisitos citados nos documentos acima. O papel do nutricionista é de suma importância para o andamento dos trabalhos pedagógicos para a implementação da EAN e para que isso se desenvolva é necessário que tal profissional ande lado a lado com os profissionais das escolas, juntos desenvolvendo projetos ou até mesmo ações voltadas à educação alimentar. Como já vimos, esse trabalho requer uma força-tarefa, com a união do governo do estado, governo municipal e o governo federal junto com a família, a escola e a secretaria de educação.

Ao lermos a história da alimentação escolar, percebe-se que esta surgiu por causa de muitas crianças que não eram bem alimentadas em casa. Por esse motivo que hoje temos toda essa preocupação com a alimentação escolar que tem como finalidade atender as necessidades nutricionais dos estudantes durante sua permanência na escola, podendo contribuir para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar (Chaves; Brito, 2006). Portanto a alimentação escolar não perdeu a sua finalidade, a mesma continua com o objetivo de contribuir com a existência e a permanência desses alunos na escola. Por mais que a população tenha evoluído, ainda assim há muitas pessoas em situação de vulnerabilidade. Ainda há muitas famílias que têm mandado seus filhos para a escola sem tomar o desjejum, que é a principal refeição do dia.

Segundo Chaves e Brito (2006), quando uma criança chega na escola em jejum, isso pode ocasionar muitos sintomas demonstrando fraqueza por não ter se alimentado, ela pode apresentar muito sono e muita falta de atenção nas aulas, como consequência disso o seu desempenho ficará comprometido. Portanto é muito relevante que todas as crianças estejam bem alimentadas durante a sua permanência na escola. Observa-se que a alimentação é fundamental para uma educação de qualidade e assim o estudante poderá progredir em todos aspectos do seu desenvolvimento. Os professores sempre devem ficar atentos às crianças que chegam na escola sem se alimentar. Isso pode ocorrer, se a alimentação de casa for insuficiente. A criança pode sair de casa sem ter feito a refeição. Se o número de crianças nessa situação for elevado, os órgãos responsáveis devem se preocupar em acrescentar mais uma refeição para elas. Sabe-se que a lentidão e a falta de raciocínio podem ser ocasionadas pela fome, e isso é muito comum no nosso dia a dia. Então os órgãos responsáveis poderiam pensar em oferecer

mais uma refeição quando os alunos chegarem. É certo que, se a criança estiver de barriga cheia, logo irá recusar.

Perguntei se trabalharia com algum projeto nas escolas com a educação alimentar e nutricional. As nutricionistas afirmam:

Não temos projetos, trabalhamos baseado no programa do PNAE, é ele quem determina baseado nas resoluções. Na verdade nós fazemos um planejamento de trabalho e dentro da lei da forma que determina, nós como nutricionistas precisamos realizar atividades com a educação nutricional. Ele não fala com quem ou como vamos fazer isso, nós já temos uma formação para trabalhar com o público, então percebemos a realidade das escolas. Às vezes os diretores nos procura e diz: *“ó, na minha escola há muitos pais que estão mandando muitos lanches industrializados, temos alunos com necessidade específica, como intolerância à lactose, ou até mesmo com outras patologias”*, os pais leva para a escola o relatório médico falando a respeito e então nós montamos um cardápio para esse aluno. A gente tem a nossa programação do calendário anual, mas suprimos a necessidade de cada escola que nos procura para suprir essas demandas.

Observa-se que não há um projeto específico de educação alimentar e nutricional para as escolas, mas há uma intervenção a partir das necessidades que surgem nas escolas.

Ao serem questionadas se os alimentos são fornecidos pela agricultura familiar, as Nutricionistas respondem que:

No momento não, então a gente não tá pegando com os agricultores, fica por conta da empresa eu não sei te dizer se é de Salvador ou se é daqui. A empresa é terceirizada, então fica por conta deles, até porque pelo nosso contrato a gente não compra gênero, fornecemos refeições nas escolas. Nós fazemos o gerenciamento desse programa no município e fazemos a fiscalização destes contratos, acompanhamos todos esses fornecimentos que a empresa faz da alimentação escolar [...] A empresa não faz por conta própria, não ficamos simplesmente aqui sentada, manda e fica aqui bonita sem fazer nada não, não é assim. No contrato lá no termo de referência tem tudo que deve ser fornecido para alimentação. Então a empresa compra o gênero ela fornece o gás, faz a entrega dos alimentos nas escolas, tem a mão de obra que são as merendeiras e tem uma equipe de funcionários, então ela faz toda o acompanhamento, o gerenciamento, não é só o alimento, a todo uma logística para se ter a refeição até chegar no prato dos alunos. Então no contrato, nós especificamos queremos um arroz de qualidade, a marca é que vai ficar por conta da empresa, normalmente ela compra com seus fornecedores que tem fornecido alimentação escolar, normalmente nós temos 53 escolas aqui no município, temos em torno de sete a oito mil alunos da rede, então é muita gente.

Percebe-se, portanto, pela resposta obtida que a alimentação escolar não é fornecida pela agricultura familiar, mas por empresas contratadas para esse fim. A Lei determina que 30% do valor repassado seja gasto nas compras de alimentos da agricultura familiar:

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação

Escolar (Pnae) devem ser utilizados obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar”(Brasil, 2016, p. 5).

Ao comprar os produtos na agricultura familiar demonstramos cuidado e respeito pelos os alunos, pois esses produtos poderão contribuir com a saúde dos mesmo, porque são produtos livres de agrotóxicos. A presença da agricultura familiar na região poderia possibilitar uma aula de campo para os alunos, mostrando a eles de perto de onde vem a comida que vai para os pratos. Compreendemos que nem todas as regiões poderão viver essa realidade, mas seria relevante pensar em criar pequenas hortas nas próprias escolas se for possível, e com isso poder proporcionar uma educação mais dinâmica e prazerosa.

A transmissão de conhecimento pode ser através de visitas ao meio rural e também por meio da contação de histórias. Alimentos produzidos no âmbito escolar e presentes nos cardápios escolares, possibilitam abordagem de temáticas sobre alimentação associada às tradições culturais do local (Brasil, 2016).

Diante desses aspectos é possível constatar que as orientações fornecidas nos documentos norteadores de políticas públicas relacionadas à alimentação escolar no Brasil vêm se desenvolvendo de modo a evidenciar a preocupação que se tem com as práticas de alimentação dentro do espaço escolar, com modelo de práticas alimentares que as crianças poderão ter essa vivência em suas casas (Dias; Escuto, 2019).

Perguntei também se há alguma diferença entre a zona rural e a zona urbana na distribuição da alimentação escolar. As nutricionistas afirmam:

Não há nenhuma diferença, o cardápio é o mesmo, não há essa diferença de zona urbana ou rural. Ainda que as crianças da zona rural estejam acostumadas a comer aipim, é um alimento saudável, e as crianças da zona urbana não tem o costume de comer, ainda assim iremos apresentar esse aipim para essa criança que não tenho costume de se alimentar com aipim. Porque é na primeira infância da educação infantil onde ocorre a formação dos hábitos alimentares, a criança está conhecendo novos alimentos.

Diante das respostas , notamos que a distribuição da alimentação escolar é entregue de forma igualitária, percebemos isso nas respostas das professoras acima, quando elas afirmam que alimentação é muito boa e excelente. Após ter conhecido um pouco da lei compreendemos que independente de qualquer coisa a lei garante uma alimentação digna.

As nutricionistas também afirmam serem as próprias a fazerem a fiscalização da alimentação escolar. Elas afirmam:

Sim, realizamos visitas nas escolas para saber se determinado gênero chegou ou se estão fazendo o comprimento de cardápio, os próprios gestores nos comunicam quando não estão cumprindo o cardápio, porque o nosso cardápio é flexível. Suponhamos que hoje seria arroz, feijão, carne e verdura, mas tiveram dificuldade para produzir, mas o cardápio do dia seguinte já está tudo pronto, então utiliza-se esse que já está pronto e as cozinheiras têm autonomia para trocar.

Notamos que é uma fiscalização mútua, entre gestores escolares e nutricionistas. A fiscalização é de suma importância para o andamento da produção da alimentação escolar.

5.4 O PPP DAS ESCOLAS E A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Em relação à pergunta se a educação alimentar e nutricional faz parte do PPP da escola, a professora A afirma que: *“Sim, esse assunto sempre está em discussão, como a quantidade e a qualidade. É trabalhado a questão do plantio, saúde física e higiene bucal”*. As Professoras B, C, por sua vez, afirmam: *“Eu creio que sim, geralmente elas mandam a grade para nos deixar por dentro de tudo. Por fim, a professora D diz que: “Sim, na verdade o nosso PPP está em construção, mas quando estávamos construindo a gente colocou essa preocupação da alimentação saudável”*.

Percebe-se que as respostas foram superficiais. Afirmam que o assunto é abordado mas não trazem exemplos.

O projeto político pedagógico (PPP) tem um papel fundamental para dar um norte à escola, é com esse documento que a escola ganha vida. Ele quando construído deve ser vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos no processo educativo (Veiga, 1996).

Esse documento carrega a construção da identidade da escola, sem esse documento a escola é indigente. Segundo, Azevedo e Andrade (2012), a construção do PPP não deve acontecer só pelas mãos da equipe gestora, mas também deve estar envolvida toda a comunidade de forma permanente e democrática.

Relembrando o conceito de educação alimentar, segundo o Marco Referencial EAN (Brasil, 2012) “Educação alimentar e nutricional é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis.” Então é importante que os professores tenham essa prática contínua e permanente para conduzir os alunos para os novos hábitos alimentares saudáveis e isso deveria estar dentro PPP. Pois uma alimentação equilibrada é essencial para que a criança possa ter um bom desenvolvimento físico, é nesses primeiros

anos de vida que o corpo está em constante crescimento e desenvolvimento e uma boa nutrição vai desempenhar um papel crucial nesse processo.

Carvalho (2013) aponta que as crianças que estão na creche e na pré-escola são as que mais necessitam de uma alimentação balanceada e sadia, sendo que é nesse período que a criança está se desenvolvendo psicologicamente e é a partir da qual passam a desenvolver a personalidade e hábitos alimentares. Então a privação de alimentos pode ocasionar muitos problemas de saúde, principalmente para aqueles que estão em desenvolvimento.

A falta de uma alimentação balanceada e nutritiva pode comprometer o desenvolvimento cerebral, podendo esse trazer comprometimento de curto ou de longo prazo, podendo ser reversível ou irreversível, fato que não pode ser negligenciado. Uma alimentação saudável, balanceada e nutritiva pode proporcionar uma melhor atividade cerebral, trazendo resultados positivos. Este é um dos fatores que têm impactado negativamente no desempenho escolar dos estudantes (Cavassin; Pinho, 2013). Portanto a merenda escolar é de suma importância para a nutrição dos alunos e poderá contribuir para o seu desenvolvimento físico e cognitivo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação alimentar e nutricional (EAN) desenvolve um papel fundamental na saúde e no bem-estar da criança, e a falta de uma boa alimentação saudável pode afetar não só apenas o seu desenvolvimento físico mas também o seu desenvolvimento cognitivo. Partindo desse pressuposto, o presente trabalho teve como objetivo geral compreender como o município de São Francisco do Conde tem atuado com a educação alimentar e nutricional no contexto da educação infantil. De acordo com a pesquisa realizada foi compreendido que não há uma atuação do município com a educação alimentar e nutricional enquanto política pública de formação para os professores da educação infantil; não foi encontrado nos referenciais curricular de São Francisco (RFC) uma menção explícita a EAN na educação infantil, mas apenas no ensino fundamental, o que aponta a necessidade de trazer essa temática para o currículo da educação infantil do município. Dessa forma, percebe-se a importância de se pensar em políticas públicas voltadas para a educação alimentar e nutricional na educação infantil. Tivemos como um dos objetivos específicos, identificar as ações desenvolvidas pelos profissionais da educação infantil e pelas nutricionistas do município, e observou-se que tais ações não têm sido realizadas de forma contínua, com exceção da creche pesquisada. A partir

dos relatos das professoras o que tem ocorrido é a conscientização, pois as mesmas afirmam que têm falado a respeito da alimentação “quando as crianças levam determinado lanche que não é saudável”. Essa fragilidade constatada pela falta de continuidade das ações na pré-escola pode ser reflexo da falta das políticas públicas voltadas para EAN nas escolas do município, pois a política pública poderá contribuir para desenvolver ações pedagógicas nas escolas. Quanto às ações desenvolvidas pelas nutricionistas, as mesmas afirmam que não há um projeto específico com a EAN nas escolas de educação infantil, mas sobretudo a realização de visitas às creches. Elas afirmam que têm orientado professores e pais, o que é positivo, porém as visitas ocorrem conforme as demandas das escolas. Já o segundo objetivo específico proposto nos fez avaliar se no cotidiano das escolas de educação infantil pesquisadas, a educação alimentar e nutricional consiste numa prática que faz uso de abordagem e recursos educacionais ativos que favoreçam o diálogo com a comunidade. De acordo a pesquisa, não há uma prática e nem a utilização de recursos educacionais ativos. Percebemos que de acordo com a fala das entrevistadas a alimentação é de qualidade, segundo as nutricionistas as mesmas têm se desempenhado para cumprir o que o programa do PNAE tem determinado e assim a alimentação tem chegado nos pratos das crianças de forma balanceada nutricionalmente. No entanto falta um trabalho de formação continuada para os professores, pois a prática pedagógica é fundamental para que educação alimentar e nutricional seja cumprida, as crianças precisam entender e compreender a importância da educação alimentar e nutricional e o quanto é relevante selecionar o que poderá compor seu prato.

A partir das entrevistas realizadas, observou-se que não há período para trabalhar essa temática na escola. A pesquisa aponta o quanto esse cuidado precisa ultrapassar os portões da escola, trazendo orientação e formação em EAN também para os familiares das crianças, pois eles (as), também têm uma grande responsabilidade com a saúde e a mudança de hábito de seus filhos. Não podemos generalizar os dados obtidos para todas as professoras do município, visto que este se tratou de um estudo qualitativo. Observou-se que o trabalho realizado pelas professoras entrevistadas se resume em conscientizar os alunos no momento que têm oportunidade, exceto no caso de uma professora da creche que tem atuado de forma didática. Observou-se que se caso houvesse um trabalho sistematizado de EAN, as crianças não questionaram o porquê de poucos doces nos períodos de festas, pois as mesmas estariam conscientes que certo tipo de alimento não faz bem para a saúde. Notamos também que os produtos são fornecidos pela empresa terceirizada e isso poderia melhorar, se possível, pelo menos 30% adquirindo os produtos da agricultura Familiar. A pesquisa aponta também que a

fiscalização da alimentação escolar é realizada de forma mútua, em parceria entre a gestão escolar e a nutricionista.

Diante da pesquisa desenvolvida percebemos que estamos no caminho certo, mas temos muito que percorrer, pois a educação alimentar deve ser vivenciada na teoria e na prática, pois a mesma, poderá trazer a prevenção de doenças ao longo prazo. Percebemos que há uma força-tarefa para que o município tenha a ação da educação alimentar e nutricional, é um trabalho que deve ser feito por todos os envolvidos no setor educacional. A escola se torna privilegiada ao conduzir esses alunos para um futuro excepcional, mas também que tenha conhecimento para escolher alimentação saudável. É um grande desafio para todos envolvidos, não só ensinar a importância de uma alimentação equilibrada, e os valores nutricionais dos alimentos, a importância de evitar o excesso de açúcar, gordura saturada e alimentos processados, além de tudo isso é viver, praticar as ações da educação alimentar e nutricional. Desenvolver hábitos alimentares saudáveis desde a infância pode ter um impacto duradouro na saúde das crianças à medida que vão envelhecendo, isso não só reduz a carga do sistema de saúde mas também melhora a qualidade de vida das futuras gerações. Pois, os nutricionistas têm um papel muito importante porque é eles que irão conduzir essa alimentação balanceada e nutrida na escola. E o professor, por sua vez, tem também uma enorme tarefa de envolver a educação alimentar e nutricional dentro do trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula. E com isso a criança poderá desenvolver grandes competências para desempenhar melhor as habilidades de resolução de problemas e também desenvolver uma maior capacidade de concentração. Isso nos mostra a importância de uma dieta equilibrada para estimular o desenvolvimento intelectual das crianças e prepará-las para enfrentar os desafios do mundo atual.

Investir na alimentação adequada das crianças é investir em um futuro para a sociedade, porque se tivermos uma geração saudável e bem informada teremos o progresso e o sucesso contínuo. Então é fundamental que os pais, cuidadores, educadores e governo trabalhem juntos para garantir que as nossas crianças tenham acesso a uma alimentação bem nutritiva e adequada com todo aparato que o PNAE garante. Se assim acontecer estaríamos nutrindo não só apenas o corpo das crianças, mas também o seu potencial, a sua competência, o seu desenvolvimento e assim terão futuros bem brilhantes. Portanto com análise realizada desta pesquisa almejo de alguma forma poder contribuir para futuros trabalhos de outros os pesquisadores acadêmicos e até mesmo para o próprio município onde foi realizada a pesquisa. Compreendemos que a nossa busca só será dada por encerrada quando nós nos damos por satisfeitos[...].

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mariza. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico? **Em Aberto**, Brasília, ano 15, n.67, jul./set. 1995
- AZEVEDO, M. A. R.; ANDRADE, M. F. R. Projeto político-pedagógico e o papel da equipe gestora: dilemas e possibilidades. **Interacções**, Lisboa, n. 21, p. 204-218, 2012.
- BEZERRA, Mariana Silva et al. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2020, v. 25, n. 10 [Acessado 11 Maio 2022] , pp. 3833-3846. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.35882018>. Epub 28 Set 2020. ISSN 1678-4561.
- ATAIDES, NAYKA U;F;C; DENIZA, A; ANTONIO S. B. O. F; DIAS N. S; NOLETO M. . C;MESQUITA. F.O ; ZANATTA T.S.C; BARROZO L.M. Educação alimentar e nutricional: Um estudo de caso em uma escola municipal de educação infantil de Bolsas - MA DOI: 1034117/bJv6n7-705 **Brazilian. Journal of Development**; Curitiba, v.6,n.7p51-57 jun. 2020 INSA. Maranhão - MA
- BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica. **Produção e Industrialização de alimentos**. Carla Maria Cartocci; Sabrina Burjack Neuberger. Brasília. universidade de Brasília. 2008.
- BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacaoescolar/alimentacaoescolar-material-de-divulgacao/alimentacaomanuais/item/5166-manual-paraaplica%C3%A7%C3%A3o-dos-testes-de-aceitabilidade-no-pnae>. Acesso: 7 ago. 2024.
- BRASIL. Ministério da educação. **Manual de instruções operacionais para nutricionista da educação**: o papel do nutricionista no programa nacional de alimentação escolar (PNAE). 2. ed. Brasília. 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica. **Módulo 10**: alimentação e nutrição no Brasil. Coordenação: Maria de Lourdes, Carlos Rodrigues *et al.* Brasília: Universidade de Brasília, 2007.
- BRASIL. Ministério da saúde. **Departamento de atenção básica**: política nacional de alimentação brasileira, promovendo alimentação saudável. Universidade de Brasília. 2012
- BRASIL. Secretaria Nacional de segurança alimentar e nutricional(SESAN). **Princípios e práticas para a Educação alimentar e nutricional**. Brasília. 2018.
- BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de atenção à saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília. 2014. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/imagens/pdf2014/novembro/05/guia-alimentar-para-a-pop-brasileira>. acesso em: 07 de setembro 2021
- BRASIL, **Diário do Congresso Nacional**, editado pelo Senado Federal, Brasília-DF, 2017.

Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf Acesso em: Agosto/2022.

BRASIL. **Lei n. 11.947, de 16/06/2009**. Disponível em: www.fnde.gov.br/legislação. acesso em: 10 de novembro 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde - Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de atenção básica. **Saúde da criança: nutrição infantil aleitamento materno e alimentação complementar**/ Brasília: editora do Ministério da Saúde, 2009 .112p. série a normas e manuais técnicos (caderno de atenção básica nú - 23)

BRASIL. Fundo nacional de desenvolvimento da educação, (FNDE). **Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar**. versão atualizada com a resolução CD/FNDE Nº 04/2015. 2. ed. Brasília. 2016

BRASIL. Ministério da cidadania, educação alimentar e nutricional.gov.br
<http://www.gov.br/cidadania/pt-br/caisan/educação-alimentar-e-nutricional>.
2022

BRASIL. **Lei nº 11. 947. 2009**, Conversão da medida provisória nº 45. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 09 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da medida Provisória nº 2.178-36, de 12 de julho de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providência

BRITO,A. L. S; PORTO, E. B. S. **Educação alimentar e nutricional com crianças do segundo período da educação infantil**. Centro Universitário de Brasília - Uniceub faculdade de ciência da educação e saúde curso de nutrição Brasília. 2017

CAVALCANTI, L. S. *et al.* Efeito de uma intervenção em escolares do ensino fundamental 1 para promoção de atos alimentares saudáveis. **R. bras.Ci. e Mov.**,v.20,n.2 p.6 . 2012.

COMBESSIE, J. C. “O questionário”. In: **O método em Sociologia**. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

CENSO,escolar. Fonte: Painéis estatísticos - Censo escolar. Disponível em:
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoib2VjNDJjZjczODk3LWM4YWMTNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em 2024

CHAVES, L. G; BRITO.RR. **Políticas de Alimentação Escolar**. Brasília: Centro de Educação a Distância – CEAD, Universidade de Brasília, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. (2005a). **Resolução CFN Nº 358/2005 de 18 de maio de 2005** Dispõe sobre as atribuições do nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE), e dá outras providências. Brasília, DF

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. (2005b). **Resolução CFN Nº 380/2005 de 28 de dezembro de 2005** Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e

suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência, por área de atuação, e dá outras providências. Brasília, DF.

DOSSIÊ ABRASCO. **Agrotóxicos, segurança alimentar e nutricional e saúde**. Associação brasileira de saúde coletiva 2011

DAVANÇO, G.M.; TADDEI, J. A. A. C.; GAGLIANONE, C.P. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a curso de educação nutricional. **Revista de Nutrição**, Campinas, V.17, n 2, p .177-184- 2004.
DOI: <https://doi.org/10.1590/S141-5273004000200004>.

DIAS, Barbosa Luciane; ESCOUTO, Santos Fernando Luiz. **Um breve histórico sobre Alimentação escolar no Brasil**. faip.revista.inf.br/imagens-arquivos/arquivos_destaque/04wJDpkr 2016-10-10-18-1-0.pdf

ESTADOS e Cidades. Matrículas na Educação Básica em São Francisco do Conde. 2022. disponível em: https://www.estadosecidades.com.br/ba/sao-francisco-do-conde-ba_escolas.html acesso em: 2024

FRIEDMANN, Harriet. Uma economia mundial de alimentos sustentáveis. In: BELIK, W; MALUF, R; FRIEDMAN, H. *et al.* **Abastecimento e segurança alimentar**: os limites da liberalização. Campinas: IE/UNICAMP, 2000, p.01

GRISA, Cátia; KATO, Karina; ZIMMERMANN, S.A. **Relatório Final Projeto Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil**: Implicações Para As Políticas Públicas – O rural nas políticas públicas do Brasil contemporâneo, 2014, p.1,3. IICA. Relatório de Pesquisa.

GUY, Michelotti *et al.* **Crítica metodológica investigação social e enquete operária**. 3. ed. Editora polis. Universidade de Brasília. 1982

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego**. Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> acesso em: 30/05/2022

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Brasil. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-francisco-do-conde/panorama>. Acesso em 12/08/22.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2008

MAGALHÃES, Heloísa Helena Silva Rocha; PORTE, Luciana Helena Maia. Percepção de educadores infantis sobre educação alimentar e nutricional, **Ciência. Educ**, Bauru, 2019.

MAGALHÃES, Gabriela Alves; CLAUDINA, Tereza de Oliveira Cunha. A importância da alimentação saudável para o desenvolvimento humano. **Revista perspectiva online**: Humanas e sociais aplicadas. Fev- 2020 .v. 10 n 27. Issn 2236-8876 (online) São Paulo

MARINS, Bianca Ramos *et al.* A propaganda de alimentos: orientação, ou apenas estímulo ao consumo?. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2011, v. 16, n. 9 [Acessado 11 Maio 2022] ,

pp. 3873-3882. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011001000023>. Epub 15 Maio 2012. ISSN 1678-4561.

MORAES, Verena Duarte de *et al.* O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: dinâmica de atuação e agenda (2006-2016). **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. v. 26, n. 12 [Acessado 11 Maio 2022] , pp. 6175-6187. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212612.33262020>. ISSN 1678-4561.

MENASCHE, Renata. **O ato de comer enquanto prática política**. Universidade Federal de Pelotas. 2016

OLIVEIRA B. S. **Influência da alimentação no desempenho escolar de crianças e adolescentes**. 2017. 30 f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado e nutrição) União metropolitana de Educação e Cultura (Unime).2017 Disponível em:<https://repositorio.pgsskroton.com.br/bitstream/123456789/15099/1BRUNA%20SANTA%20NA%.pdf>

OLIVEIRA, S. I. OLIVEIRA, K. S. Novas perspectivas em educação alimentar e nutricional. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 495-504, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642008000400008>.

PIASETZKI, C. T. da R.; BOFF, E. T. de O. Educação Alimentar e nutricional e a formação de hábitos alimentares na infância. **Revista Contexto & Educação**, [S. l.], v. 33, n. 106, p. 318–338, 2018. DOI: 10.21527/2179-1309.2018.106.318-338. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/7934>. Acesso em: 10 maio. 2022.

RAZUCK, R. C. D. S. R. FONTES, P. G.; RAZUCK, F. B. A Influência do professor nos hábitos alimentares. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 7., 2011, Campinas. **Anais [...]** Campinas: Unicamp, 2011. p. 1-9. Disponível em: <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R0048-2.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

SANTOS, Flávio Rogos. **Educação alimentar e nutricional na educação básica: concepção de professores e matérias curriculares**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro Instituto de aplicação Fernando Rodrigues da silva , programa de pós - graduação de ensino em educação básica. Rio de janeiro, 2023.

SILVA, Simoni Urbano da *et al.* As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2018, v. 23, n. 8 [Acessado 10 Maio 2022] , pp. 2671-2681. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018238.19642016>. ISSN 1678-4561.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut; GONZAGA, Maria Teresa Claro. **Metodologia e técnica de pesquisa nas áreas de ciência humanas**. Editora da Universidade Estadual de Maringá. Paraná - Brasil, 2011.

UGA, Naya F.B.C.A; ARAÚJO A.D; SANTANA A.B.O.; SILVA N.D; NAZARÉ M.C.N; OLIVEIRA F.M. Educação alimentar e nutricional: um estudo de caso em Escola municipal

de educação infantil de Bolsa - MA DOI:10.3411/bjd 6n7-705 **Brazilian Journal of development.**, Curitiba,v.6,n.7 p.51578-51590 jul.2020. ISSN 2525-8761

VYGOTSKY, L, S. 1896-1934. **Pensamento e linguagem.** Tradução Jefferson Luiz Camargo. Revisão técnica, José Cipolla Neto.4. ed . São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VIGSAN. **Inquérito Nacional sobre a insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-2019 no Brasil.** 2021 disponível:<http://olheparaafome.com.br> Acesso em: 9 nov. 2021.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas:

ZANCUL, M. S. **Orientação nutricional e alimentar dentro da escola:** formação de conceitos e mudanças de comportamento. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Nutricionais) – Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Universidade Estadual Paulista, Araraquara 1996

ZOMPERO, Andreia de Freitas *et al.* Atividades de investigação e a transferência de significados sobre o tema educação alimentar no ensino fundamental. **Ciência & Educação (Bauru) [online].** 2017, v. 23, n. 3 [Acessado 10 Maio 2022] , pp. 659-676. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320170030008>. ISSN 1980-850X.

APÊNDICES

Roteiro de entrevista para as nutricionistas.

Tempo de atuação no município

1. Como se dá o planejamento do cardápio escolar?
2. Esse cardápio é utilizado para todas as escolas do município?
3. Há um planejamento para o cardápio da merenda escolar da educação infantil?
4. A merenda escolar tem seguido as regras do PNAE?
5. Sabemos que a cada dia tem aumentado o número de crianças com restrição alimentar. De que forma a merenda tem essas crianças?
6. Há uma fiscalização nas escolas para saber se realmente a escola ou o cozinheiro tem cumprido com o cardápio escolar planejado por vocês?
7. O cardápio proposto se encaixa dentro de uma educação alimentar e saudável?
8. Como nutricionistas do município, vocês têm conscientizado os professores ou até mesmo os pais acerca da importância de uma educação alimentar e saudável?
9. Quais trabalhos são realizados ou planejados para conscientizar os alunos da importância de uma alimentação saudável?
10. Quais estratégias têm sido utilizadas para combater o desperdício da merenda escolar pelos alunos?
11. Há uma parceria entre a escola e a nutricionista?

Roteiro de entrevista para as professoras:

1. Idade
2. Sexo
3. Turma
4. Qual a sua concepção de educação alimentar e nutricional?
5. Como você avalia a merenda escolar?
6. Com qual frequência é trabalhada a importância da educação alimentar e nutricional em sala de aula?
7. Que tipo de abordagem você usa para trabalhar com esse assunto?
8. Quais são os recursos utilizados para envolver a comunidade escolar nesta temática?
9. O cardápio é de fácil acesso para as crianças?

10. Por ser criança pequena que ainda não lê como é passada a informação da merenda do dia seguinte?
11. Todos os alunos comem a merenda da escola?
12. Há crianças que trazem lanche de casa? Esse lanche é saudável?
13. Quando o aluno traz um lanche de casa que não é saudável, o que você faz?
14. A educação alimentar e nutricional faz parte do PPC da escola?
15. A escola tem abordado sobre a educação alimentar e nutricional com os pais?
16. A gestão tem oferecido algum curso ou palestra a respeito da educação alimentar e nutricional?
17. Caso seja do teu interesse, deixa aqui o seu e-mail para que receba os resultados da pesquisa.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar de um estudo desenvolvido através da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, como trabalho de conclusão de curso (TCC) da estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia, Maria dos Reis Rodrigues dos Santos Santana. Trata-se de uma pesquisa sobre a educação alimentar e nutricional na Educação Infantil de São Francisco do Conde, tendo como principal objetivo: ampliar o debate sobre a educação alimentar e nutricional, a fim de propor melhorias e políticas públicas, sobretudo na primeira infância. Propõe-se também uma reflexão sobre o quanto é relevante pensar na escola também como uma instituição promotora de saúde, através da educação. Sua participação será muito importante, no sentido de contribuir para o alcance do objetivo acima mencionado.

A partir da sua aceitação voluntária você participará através de uma entrevista semiestruturada que será gravada. Os dados fornecidos serão utilizados apenas para fins científicos, sendo que a qualquer momento você poderá ter acesso às informações sobre os procedimentos e benefícios relacionados ao estudo, inclusive para resolver dúvidas que possam surgir. Sua identificação será preservada e após a análise dos dados a gravação será destruída.

DECLARAÇÃO

Eu, _____, declaro que é de livre e espontânea vontade que estou participando como voluntário (a) da pesquisa. Declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. Aceito participar voluntariamente desta pesquisa e sei que posso desistir da participação a qualquer momento. Declaro ainda estar recebendo uma cópia assinada deste termo.

São Francisco do Conde, _____

Estudante Pesquisadora responsável: _____

Voluntário (a): _____

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre sua participação na pesquisa entre em contato com a estudante pesquisadora responsável e/ou com sua orientadora no Instituto de

Humanidades e Letras, Campus dos Malês, localizado na Av. Juvenal Eugênio Queiroz, s/n –
Baixa Fria, CEP 43900-000, São Francisco do Conde-Ba, ou encaminhe e-mail para
mariasantanarodrigues07@gmail.com com cópia para anarita.barbosa@unilab.edu.br